

CARTA DE RESPONSABILIDADE

São Miguel do Oeste/SC, 25 de Janeiro de 2019.

À

LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES S/S
Rua Benjamin Constant nº155 - D Chapecó - SC

Assunto: Carta de Responsabilidade da administração da COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI SÃO MIGUEL, referente às Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de Dezembro de 2018.

Prezados Senhores:

Com referência ao seu exame das Demonstrações Contábeis da COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI SÃO MIGUEL, relativas ao exercício findo em 31/12/2018, reconhecemos que a apresentação desta carta de responsabilidade constitui-se num procedimento de auditoria requerido pelas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, para permitir-lhes formar uma opinião sobre se as Demonstrações Contábeis retromencionadas e a seguir identificadas, refletem, com adequação, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31/12/2018, os resultados das operações, as mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa no exercício findo em 31/12/2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Para fins de identificação, as Demonstrações Financeiras examinadas por Vossas Senhorias apresentam os seguintes valores básicos:

TOTAIS	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo	52.844.068	38.928.129
Passivo	45.484.072	33.382.593
Patrimônio Líquido	7.359.996	5.545.536
Sobras ou Perdas do Exercício	163.263	102.292
(=) Total do Passivo + Patrimônio Líquido	52.844.068	38.928.129

* valores em Reais

Essas contas estão de acordo com os livros da empresa e as Demonstrações Financeiras transcritas no livro diário e também concordarão com quaisquer publicações ou divulgações para outros fins.

Com base em nossos conhecimentos e opinião, como administradores da empresa, confirmamos as seguintes informações:

01 – A escrituração contábil e os controles internos adotados pela Cooperativa no período são de nossa responsabilidade, sendo adequados ao tipo de atividade e volume de transações que tem a cooperativa.

02 – Confirmamos que todas as transações efetuadas no período pela Cooperativa foram devidamente registradas na contabilidade de acordo com a legislação vigente.

03 – A cooperativa tem cumprido todas as disposições de seus contratos que poderiam, em caso de descumprimento, ter um efeito relevante sobre as Demonstrações Financeiras.

04 – Nossa administração cumpriu todas as normas e regulamentos a que a Cooperativa está sujeita e não houve qualquer comunicação referente à inobservância de exigências de autoridades regulamentadoras a respeito de aspectos financeiros.

05 – Foram adequadamente contabilizados e divulgados nas Demonstrações Financeiras o saldo das provisões de risco de crédito, conforme legislação em vigor, principalmente no tocante a devida classificação das operações renovadas/renegociadas, sendo o saldo apurado representativo do real risco da nossa carteira de crédito.

06 – Não temos planos ou intenções que possam afetar substancialmente o valor ou a classificação de ativos e passivos constantes das demonstrações contábeis.

07 – Não existem irregularidades pendentes envolvendo a administração ou empregados que possam ter efeito significativo sobre as Demonstrações Financeiras.

08 – As estimativas foram contabilizadas com base em dados consistentes confirmados por nosso assessor jurídico.

09 – Não é de nosso conhecimento qualquer evento subsequente à data do encerramento do semestre até a presente data, que possa afetar de forma relevante a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado do período.

10 – Não há nenhum fato conhecido que possa impedir a continuidade normal das atividades da cooperativa.

11 – Julgamos que os seguros contratados foram efetuados em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer, impedindo a continuidade normal dos negócios da cooperativa.

12 - As transações com partes relacionadas divulgadas nas Demonstrações Financeiras referem-se a saldos de depósitos (a vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelos empregados e administradores. Inclui-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade a empregados e administradores em troca dos serviços que lhe são prestados.

Atenciosamente,

Cooperativa de Crédito Rural de São Miguel do Oeste - SULCREDI/SÃO MIGUEL

DIRLEI FRANCISCO BERTOCCHI
Presidente
CPF: 796.589.549-87

FRANIELI DIAS DA SILVA
Contadora
CRC PR 064.037/O-6 T/SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2018
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI/SÃO MIGUEL
CNPJ/MF nº 08.253.539/0001-64

ATIVO			PASSIVO		
DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2018	31/12/2017	DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO CIRCULANTE	32.450.642	25.788.235	PASSIVO CIRCULANTE	41.441.209	28.593.614
DISPONIBILIDADES (NOTA 12)	8.907.378	5.538.094	DEPÓSITOS	39.781.365	26.274.132
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRA DE LIQUIDEZ	75.737	-	Depósitos à Vista	2.549.512	1.444.253
			Depósitos a Prazo	37.231.853	24.829.878
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	582.291	563.125			
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	41.401	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	393.072	412.043
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	41.401	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	-
			Repasse Interfinanceiros (NOTA 08)	393.072	412.043
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 04)	19.104.330	16.361.193	Obrigações por empréstimos e repasses	898.000	1.576.134
Operações de Crédito	20.051.583	17.101.471	Empréstimo Oikocredit	898.000	1.576.134
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(947.254)	(740.278)			
OUTROS CRÉDITOS	801.392	388.587	OUTRAS OBRIGAÇÕES	368.773	331.306
Rendas a Receber	64.283	-	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	15.393	62.161
Diversos (NOTA 05)	786.108	426.953	Sociais e Estatutárias	83.231	71.798
(Provisão para outros créditos liquidação duvidosa)	(48.999)	(38.367)	Fiscais e Previdenciárias	103.894	63.090
			Diversas (NOTA 10)	166.254	134.257
OUTROS VALORES E BENS	2.979.514	2.895.836			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	20.393.427	13.139.894	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	11.402.859	10.334.515
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	18.791.522	12.004.656	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	4.042.863	4.788.978
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 04)	18.305.354	11.518.488	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	984.863	1.425.780
Operações de Crédito	19.179.742	12.012.006	Repasse Interfinanceiros (NOTA 08)	984.863	1.425.780
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(874.388)	(493.518)			
OUTROS CRÉDITOS	486.168	486.168	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	3.058.000	3.363.198
Diversos (NOTA 05)	486.168	486.168	Obrigações por empréstimos no País (NOTA 09)	3.058.000	3.363.198
PERMANENTE	1.601.905	1.135.238	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.359.996	5.545.536
INVESTIMENTOS (NOTA 07a)	900	900	CAPITAL SOCIAL (NOTA 11)	7.386.735	5.808.209
Outros Investimentos	900	900	De Domiciliados no País	7.386.735	5.808.209
			(Capital a Realizar)	-	-
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 07b)	1.140.523	895.081	RESERVAS DE CAPITAL	-	-
Outras Imobilizações de Uso	1.721.062	1.418.872	RESERVAS DE LUCROS	609.319	446.056
(Depreciações Acumuladas)	(580.539)	(523.790)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	(799.321)	(708.729)
			SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO	163.263	
INTANGÍVEL	460.481	239.256			
Softwares	606.328	287.660			
(Amortizações Acumuladas)	(145.847)	(48.404)			
TOTAL DO ATIVO	52.844.068	38.928.129	TOTAL DO PASSIVO	52.844.068	38.928.129

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI/SÃO MIGUEL

CNPJ/MF nº 08.253.539/0001-64

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2018	31/12/2017
	TOTAL	TOTAL
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.827.268	7.813.238
Operações de Crédito	9.404.740	7.240.528
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	422.528	572.710
DISPÊNDIOS E DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(4.416.618)	(3.954.292)
Operações de Captação no Mercado	(3.001.526)	(2.806.903)
Operações de Empréstimos e Repasses	(716.296)	(554.027)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(698.797)	(593.362)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.410.649	3.858.946
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.053.165)	(3.481.948)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	143.833	327.792
Rendas de Tarifas Bancárias	113.066	90.266
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(2.284.725)	(1.424.331)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(2.571.680)	(2.069.809)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(12.850)	(308.649)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	660.455	572.987
Despesas de Depreciação e amortização	(298.360)	(180.052)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(802.904)	(490.152)
RESULTADO OPERACIONAL	357.485	376.997
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	60.356	(121.268)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE LUCRO	417.841	255.729
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(9.683)	-
Provisão para Imposto de Renda	(4.441)	-
Provisão para Contribuição Social	(5.243)	-
SOBRAS OU PERDAS ANTES DESTINAÇÕES LEGAIS	408.157	255.729
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	244.894	153.437
Fundo de Reserva - 40%	163.263	102.292
FATES - 20%	81.631	51.146
SOBRAS A DISPOSIÇÃO AGO	163.263	102.292

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI/SÃO MIGUEL

CNPJ/MF nº 08.253.539/0001-64

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2018	31/12/2017
Sobras Perdas líquidas antes do IR e CSLL	408.157	255.729
Contas resultado Credora	11.104.344	9.320.430
Contas resultado Devedoras	(10.686.503)	(9.064.701)
Apuracao Resultado (IR CSLL)	(9.683)	-
Ajustes as sobras/perdas líquidas	228.162	175.619
Despesas de depreciacao e amortizacao	298.360	180.052
Despesas de Depreciação	298.360	180.052
Outros Ajustes	(70.198)	(4.433)
Destinações dos resultados FATES	(70.198)	(4.433)
Variações Patrimoniais (afetam o resultado/receitas e despesas)	2.021.491	(170.651)
Operações de Crédito	(9.530.002)	(9.779.028)
Operações de Crédito	(9.530.002)	(9.779.028)
Outros Creditos	(412.805)	334.431
Outros Creditos	(412.805)	334.431
Outros Valores e Bens	(83.679)	(480.220)
Outros Valores e Bens	(83.679)	(480.220)
Depósitos	13.507.233	4.717.001
Depósitos	13.507.233	4.717.001
Relações Interfinanceiras/Interdependenciais	(513.390)	3.381.294
Relações Interfinanceiras	(513.390)	3.381.294
Obrigacoes por empréstimos e repasses	(983.332)	1.599.422
Empréstimos no país outras instituicoes	(983.332)	1.599.422
Outras obrigações	37.467	56.450
Outras obrigações	37.467	56.450
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.657.810	260.698
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisicoes de investimentos	-	-
Aquisições de imobilizado de uso	(939.723)	(565.237)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(939.723)	(565.237)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variações patrimoniais		
Aumento/(redução) de capital	1.578.526	1.677.345
Aumento/(redução) de capital	1.578.526	1.677.345
Reservas de lucro	163.263	42.696
Reservas de lucro	163.263	42.696
Sobras ou perdas acumuladas	(90.592)	(50.153)
Destinação das sobras relativas ao exercício anterior	(90.592)	(50.153)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.651.197	1.669.888
MOVIMENTAÇÃO DE CAIXA	3.369.284	1.365.348
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	3.369.284	1.365.348
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.538.094	4.172.746
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	8.907.378	5.538.094

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI/SÃO MIGUEL

CNPJ/MF nº 08.253.539/0001-64

DESCRIÇÃO	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Reserva Contingências	Sobras a Disposição AGO	TOTAL
Saldo Exercício Anterior	5.808.209	-	446.056	-	(708.729)	5.545.536
Mutações Exercício Atual	1.578.526	-	163.263	-	72.671	1.814.460
1. Destinação Sobras Anteriores ou Perdas Rateadas	-	-	-		(90.592)	(90.592)
2. Integralização de Capital	3.204.391					3.204.391
3. Baixas de Capital	(1.625.865)					(1.625.865)
4. Baixas Reservas			-			-
4. Sobras ou perdas do exercício					408.157	408.157
5. Destinações para reservas			163.263		(163.263)	-
6. Destinações Fates					(81.631)	(81.631)
Saldo Exercício Atual	7.386.735	-	609.319	-	(636.058)	7.359.996
Mutações	1.578.526	-	163.263	-	72.671	1.814.460
Variações %	27%	0%	37%	0%	-10%	33%

* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Rural de São Miguel do Oeste - SULCREDI SÃO MIGUEL, é uma cooperativa de crédito rural. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as suas atividades em 24/08/2006 e tem por objetivos principais:

I - propiciar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados, em suas necessidades pessoais e atividades específicas, com a finalidade de melhoria de condições de vida sua e de sua família, e ainda fomentar a produção e a produtividade rural, bem como a sua circulação e industrialização;

II - a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo e o associativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito;

III – conceder financiamento habitacional a seus cooperados por meio da participação em programas que tenham esse objetivo.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964, nº 5.764/1971, Res. 3.859/10 e LC 130/2009, e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registradas mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Operações ativas e passivas

As operações ativas e passivas com encargos pré e pós-fixados são registradas pelo valor principal, com acréscimo dos respectivos encargos incorridos.

c) Operações de crédito e Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN 2.682/1999 e 2.697/2000.

d) Permanente

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado está registrado ao custo histórico.

Os encargos de depreciação dos bens do ativo imobilizado e amortização do intangível, foram calculados pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 7, item “b”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

A administração analisará em 2019 a necessidade de revisar as taxas de depreciação conforme requer a NBC TG 27 de forma a reconhecer o montante com base na vida útil estimada. Considerando avaliação histórica dos dados, natureza dos bens e a atividade econômica da sociedade, estima-se como sendo pouco representativo o reflexo no resultado do período.

e) Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, também previsto na Lei 11.638/2007, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Considerando a natureza da sociedade, tipo de atividade, circunstâncias econômicas, aspectos tecnológicos e outras evidências típicas da atividade, o Conselho de Administração não submeteu suas unidades geradoras de caixa ao teste de recuperabilidade previsto na NBC TG 01. O Conselho de Administração tem conhecimento que os respectivos ativos possuem valor líquido de venda maior em relação ao seu uso. (Valor recuperável).

f) Passivos contingentes

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex-colaboradores, em ações tributárias, cíveis e trabalhistas. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda for considerado provável.

g) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base “pro rata” dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

h) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2018			31/12/2017
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	19.516.097	18.061.401	37.577.499	27.200.320
Financiamentos	141.532	173.201	314.733	108.915
Financiamentos rurais e agro-industriais	394.224	944.870	1.339.093	1.804.242
Carteira total	20.051.853	19.179.472	39.231.325	29.113.477

* valores em Reais

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Nível A	10.641.818	13.452.232	56.696	71.668
Nível B	11.147.810	6.183.083	115.132	63.956
Nível C	12.201.047	6.884.374	374.145	209.087
Nível D	3.656.662	1.488.782	372.550	150.314
Nível E	854.214	425.661	258.679	127.698
Nível F	114.381	111.808	62.649	55.905
Nível G	11.981	6.158	8.387	4.310
Nível H	603.413	561.379	603.413	561.379
Total (i)	39.231.325	29.113.477	1.851.650	1.244.317

* valores em Reais

(i) Além destas provisões, também consta saldo referente provisão sobre as Coobrigações registradas na conta de coobrigação 3.0.1.00.00-4 R\$ 1.420.770,45, informado no Balanço Patrimonial como Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa conta 4.9.9.35.01-9 R\$ 30.008,32

c) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2018	31/12/2017
Saldo anterior	1.052.154	1.065.200
Lançadas contra prejuízo	768.493	1.119.019
Recuperadas de prejuízo	(716.902)	(1.132.066)
Saldo Final	1.103.745	1.052.154

* valores em Reais

NOTA 05 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2018			31/12/2017
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Transfência OnLine PinBank	52.028		52.028	-
Transitória de boletos	12.255		12.255	-
Adiantamento de Férias	7.499		7.499	4.093
Impostos a recuperar	1.488		1.488	-
IOF a recuperar			-	19.139
Devedores por compra de bens			-	286.060
Imposto de Renda a recuperar	189.741		189.741	71.724
Sem caract. De concessão de credito	578.983		578.983	45.938
Devedores - Procap Badesc	8.404		8.404	-
Devedores diversos - País*		486.168	486.168	486.168
(-) Prov. Outros Créditos em liquidação	(48.999)		(48.999)	(38.367)
Total	801.400	486.168	1.287.568	913.122

* valores em Reais

*Saldo a receber referente a Desfiliação da CRESOL Central Base em 31/12/2011 R\$ 471.806,89 e saldo desfiliação Base Nacional Sulcredi em 31/12/2015 R\$ 14.361,41

NOTA 06 – OUTROS VALORES E BENS

Outros valores e bens	31/12/2018			31/12/2017
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Imóveis	2.462.914	-	2.462.914	2.536.599
Veículos e Afins	248.870	-	248.870	94.141
Máquinas e equipamentos	29.500	-	29.500	29.500
Outros	223.906	-	223.906	224.080
Material em estoques-Almoxarifado	46.065	-	46.065	11.516
(-) Provisão p/ desvalorização de outros valores e bens	(31.741)	-	(31.741)	-
Total	2.979.514	-	2.979.514	1.766.398

* valores em Reais

NOTA 07 – PERMANENTE
a) Investimentos

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2018	31/12/2017
Participação de cooperativas	900	900
Total Investimentos	900	900

* valores em Reais

b) Imobilizado de uso

Imobilizado de Uso	31/12/2018			31/12/2017	Taxas anuais de depreciação %
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Imoveis de Uso	411.317	(55.140)	356.177	299.437	4%
Móveis e equipamentos de uso	676.207	(198.123)	478.085	283.447	10%
Sistema de comunicação	13.200	(10.568)	2.632	4.868	10%
Sistema de processamento de dados	301.225	(150.842)	150.383	135.199	20%
Sistema de segurança	92.068	(65.087)	26.982	14.565	10%
Sistema de transporte	227.045	(100.780)	126.265	157.565	20%
Intangível	606.328	(145.847)	460.481	239.256	20%
Total	2.327.390	(726.386)	1.601.005	433.815	-

* valores em Reais

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

NOTA 08 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir por faixa de vencimento:

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2018			31/12/2017
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Recursos Intercoop. Cresolcap venc.16/06/2022	-	-	-	30.096
Recursos Intercoop. Investimento BNDES venc. 16/06/2022	393.072	984.863	1.377.934	1.807.727
Total	393.072	984.863	1.377.934	1.837.823

* valores em Reais

NOTA 09 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2018			31/12/2017
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Obrigações por convênios oficiais	38.392	-	38.392	43.752
Provisão para pagamentos a efetuar	97.854	-	97.854	61.638
Provisão para Coobrigações	30.008	-	30.008	10.521
Transitoria de baixas	-	-	-	18.347
Total	166.254	-	166.254	55.814

* valores em Reais

NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes. O Capital social e número de associados estão assim compostos:

	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	7.386.735	5.808.209
* valores em Reais		
Total de associados	5.114	4.338

NOTA 11 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos a vista	15.632	(139.336)
Pessoas físicas	15.632	(139.336)
Depósitos a prazo	59.644	9.419
Pessoas físicas	59.644	9.419
Operações de crédito	1.407.541	1.206.299
Cota Capital	173.587	210.055
Remuneração de empregados e administradores	1.363.630	1.285.863
Remuneração pessoas chave da administração	496.509	391.844

* valores em Reais

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (a vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelos empregados e administradores.

Inclui-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade a empregados e administradores em troca dos serviços que lhe são prestados.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A Remuneração do pessoal chave da administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade.

NOTA 12 – COMPONENTE DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes ativos:

Caixa e equivalentes de caixa	Inicial: 01/01/2018	Final: 31/12/2018	Varição
Caixa	104.861	987.476	882.615
Depósitos bancários	5.433.233	4.643.749	(789.485)
Total	5.538.094	5.631.224	93.130

* valores em Reais

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- Ter como finalidade atender compromissos de curto prazo;
- Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa;
- Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor;
- Ter prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias na data da aquisição.

NOTA 13 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN 4.606/17, compatível com os riscos de suas atividades. Segundo o que estipula o artigo 12º. da Resolução CMN 4.606/17, o valor do PR deve ser superior ao Patrimônio de Referência Exigível (PRE) – que é composto pela soma das parcelas de exposição aos diversos riscos a que a instituição está submetida na execução de suas atividades, apuradas conforme a legislação correspondente a cada risco.

A cooperativa utiliza-se da metodologia de facultativa simplificado para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5), efetuando cálculo da parcela de ativos ponderados pelo risco na forma simplificada RWAs5, Circ.Nº3.862/17.

Abaixo estão demonstrado os Limites Operacionais da Cooperativa:

Limites operacionais	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de referência (PRs5)	6.899.515	5.354.132
Patrimônio de referência exigido	6.415.723	4.494.645
Limite do PRs5 (sobra ou insuficiência)	483.792	504.396
Índice de Basiléia (mínimo 17%)	18,28%	18,46%
Imobilizado para cálculo do limite	1.141.423	943.833
Índice de imobilização (limite 50%)	16,54%	17,63%

* valores em Reais

DIRLEI FRANCISCO BERTOCCHI

Presidente

CPF: 796.589.549-87

FRANCIELI DIAS DA SILVA

Contadora

CRC PR 064.037/O-6 T/SC

RA 021/2018

Relatório de Auditoria

Art. 21, I da resolução 3.198/04

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI SÃO MIGUEL
CNPJ – 08.253.539/0001-64
São Miguel do Oeste – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SULCREDI SÃO MIGUEL**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SULCREDI SÃO MIGUEL** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **SULCREDI SÃO MIGUEL**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **SULCREDI SÃO MIGUEL** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e apurar se existe inconsistência relevante com as demonstrações contábeis ou, com base no conhecimento obtido na auditoria, aparenta estar distorcido de forma relevante, e comunicar estes fatos em nosso relatório. Nenhuma informação adicional ao conjunto das demonstrações contábeis foram submetidas a nossa apreciação para fins de manifestação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da **SULCREDI SÃO MIGUEL** é responsável pela elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **SULCREDI SÃO MIGUEL** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados

com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Chapecó, 25 de janeiro de 2019.

LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRCSC 4159/O-6

JOÃO CARLOS SUBACZ
Contador CRCSC 18.585/O-2